



Jefferson Ruy/Agência Senado



Uma das propostas de Eunício (E) durante a campanha à Presidência do Senado foi elaborar a pauta com todos os partidos

## Eunício definirá a pauta com líderes

Presidente do Senado disse esperar que haja acordo entre os partidos sobre a agenda de votações e pediu à Câmara agilidade para a proposta que muda a tramitação das MPs

As votações em Plenário desta semana começarão a ser definidas amanhã em reunião do presidente do Senado, Eunício Oliveira, com os líderes das bancadas. No entanto, já se sabe que

três medidas provisórias trancam a pauta e precisam ser votadas em breve. Elas tratam da administração da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de mudanças no ensino médio e da importação de papel-moeda. **3**

### ARQUIVO **S**

## No Império, aposentadoria era benefício para poucos

No Brasil imperial, não havia um sistema oficial de aposentadorias. Por isso, muitos brasileiros recorriam aos montepios,

entidades semelhantes aos atuais fundos de pensão. O problema é que a maioria dos montepios acabou falindo. **4 e 5**



Reprodução

Pedro II em caricatura: crise dos montepios preocupava o imperador

**Comissão permanente vai regulamentar leis federais **3****

**Teto salarial pode atingir diretores de estatais **8****

**Projeto incentiva custeio de educação de empregados **6****

**Proposta altera regra de progressão de regime penal **7****



## Macri quer apoio para fortalecer o Mercosul

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, se encontra amanhã à tarde com os presidentes do Senado, Eunício Oliveira,

e da Câmara, Rodrigo Maia, para conversar sobre as relações entre os dois países e discutir o fortalecimento do Mercosul. **2**

Pela manhã, Macri, eleito na Argentina em 2015, vai se encontrar com o presidente Michel Temer

## Rádio Senado comemora 20 anos com site e exposição



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Rádio Senado inaugura amanhã exposição multimídia que vai contar os 20 anos da emissora, completados em 29 de janeiro. A mostra, que fica aberta até 17 de março, inclui, além de textos e imagens, uma seleção de áudios históricos e equipamentos antigos, como microfones e gravadores. Também será lançado um site especial com conteúdo interativo.

O aniversário da Rádio será ainda tema do *Especial Cidadania*, do *Jornal do Senado*, amanhã. **2**

A Rádio Senado transmite, em 10 capitais, programação jornalística, educativa e cultural

## Estudo aponta que cartão de crédito é vulnerável

A Consultoria Legislativa publicou estudo que aponta vulnerabilidade a crimes do sis-

tema de cartão de crédito e propõe a adoção de novas medidas de segurança. **8**



Steve Woods/SXC

Segundo o estudo, o uso do cartão ainda carece de regulação

A emissora lança amanhã uma mostra no edifício principal do Congresso e uma página especial na internet para contar, com áudios, imagens, equipamentos e interatividade, um pouco de sua história

Gerardo Mergalo/Agência Senado



Rádio Senado conta com programas jornalísticos, culturais e educativos, reportagens especiais, música e serviços

## Exposição e site celebram 20 anos da Rádio Senado

A RÁDIO SENADO completou 20 anos em 29 de janeiro e, como parte das comemorações, a emissora, que integra a Secretaria de Comunicação do Senado, vai inaugurar amanhã, às 18h30, uma exposição multimídia. Também será lançada uma página especial na internet com informações, áudios, fotos e conteúdo interativo.

A montagem vai ficar aberta ao público nos Espaços Galeria e Ivandro Cunha Lima, no prédio do Congresso, inclusive aos finais de semana, das 8h30 às 17h30, até 17 de março. São cinco painéis que contam um pouco da história da Rádio Senado. A exposição inclui uma seleção de áudios históricos

com conteúdos jornalísticos, educativos e culturais. Compõem a mostra equipamentos antigos usados pela emissora, como microfones, gravadores e acessórios de transmissão. Há um espaço de interação, com a reprodução parcial de um estúdio de gravação.

Os 20 anos da Rádio também serão o tema do *Especial Cidades* do **Jornal do Senado** de amanhã.

Com programação jornalística, cultural e educativa própria, a Rádio Senado — criada quando a Casa era presidida por José Sarney e o secretário de Comunicação era Fernando Cesar Mesquita — também transmite, ao vivo, as reuniões

de comissões e sessões do Plenário e do Congresso.

Pode ser sintonizada em Brasília e regiões vizinhas na frequência de 91,7 MHz e em mais nove capitais: Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), João Pessoa (106,5 MHz), Manaus (106,9 MHz), Natal (106,9 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), Macapá (93,9 MHz) e São Luís (96,9 MHz).

📺 Lançamento da exposição: **Amanhã, 18h30:** Espaços Galeria e Ivandro Cunha Lima (prédio principal do Congresso Nacional)  
🌐 Página especial na internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

## Conselho de Comunicação retoma trabalhos hoje

O Conselho de Comunicação Social do Congresso se reúne hoje, às 14h, para analisar relatórios sobre propostas relacionadas à legislação do setor de telecomunicações.

Um dos itens em pauta é o PL 4.451/2008, que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para estabelecer normas de julgamento das licitações para outorga de concessões e permissões de serviços de radiodifusão. Também será discutida a Medida Provisória (MP) 747/2016, que

trata do processo de renovação do prazo das concessões e permissões desses serviços.

Outros relatórios que devem analisados pelos conselheiros tratam da situação das retransmissoras de televisão e da alteração da Lei 12.485/2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas dos serviços de TV por assinatura.

Pela manhã, a Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação analisa relatórios

sobre propaganda eleitoral e publicidade e propaganda governamental. Também constam da agenda relatórios sobre projetos de lei referentes a publicidade e saúde.

### Notícias falsas

Na reunião de hoje, o conselho deve definir data e convidados para uma audiência pública destinada a analisar a proliferação de notícias falsas no ambiente digital. O debate foi proposto pelo conselheiro Walter Ceneviva.

Waldemir Barreto/Agência Senado



O vice-presidente do conselho, Ronaldo Lemos, e o presidente, Miguel Ângelo Cançado, em reunião do colegiado em 2016

## Presidente da Argentina visita Congresso Nacional amanhã

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, virá ao Brasil amanhã para uma visita de Estado. À tarde, está prevista visita ao Congresso Nacional, onde Macri será recebido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. De manhã, Macri vai se encontrar com o presidente da República, Michel Temer.

A visita ao Congresso tem como objetivo dinamizar as relações políticas entre os dois países e fortalecer as relações econômicas do Mercosul, com o acerto de detalhes para o fechamento de acordos comerciais com a União Europeia.

Macri assumiu o comando da Argentina em 2015, encerrando 12 anos de governos da família Kirchner, primeiro com Néstor, depois com sua esposa, Cristina. Atualmente, também exerce a presidência temporária do Mercosul.



Um dos objetivos de Macri é tratar de acordo do Mercosul com a Europa

## Senado e Ministério do Turismo criam acordo por transparência

O Senado e o Ministério do Turismo iniciam neste mês um acordo de cooperação para compartilhar iniciativas na área de transparência. A parceria surgiu do interesse do ministério em conhecer melhor o Índice de Transparência do Legislativo, concebido pela Secretaria da Transparência do Senado em parceria com o Conselho de Transparência e Controle Social da Casa.

O índice é um modelo de avaliação da transparência das Casas legislativas do país que utiliza critérios de análise como participação e controle social, transparência legislativa, transparência administrativa e aderência à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). O acordo prevê palestras do Senado para os servidores do ministério.

— Por meio desses encontros, esperamos obter uma maior divulgação do Índice de Transparência do Legislativo, além de promover aproximação com outros órgãos da administração pública — disse o assessor técnico da

Secretaria de Transparência Florian de Abreu.

A ideia do Ministério do Turismo é usar o *Manual do Índice de Transparência do Legislativo* como modelo para implantar medidas semelhantes que atendam a instituição e todo o Executivo. Mesmo que o Senado já seja referência para outros órgãos públicos na área de transparência, sempre há espaço para melhorias, diz o assessor:

— Apesar de quase todos os dados sobre a administração da Casa e a atividade legislativa estarem disponíveis ao público, nossa meta é tornar esses dados no Portal da Transparência cada vez mais compreensíveis para os cidadãos.

O diretor de Administração da Secretaria-Executiva do ministério, Ítalo Oliveira Mendes, disse que a transparência do Senado é um modelo a ser seguido e elogiou o Índice de Transparência do Legislativo.

— Nosso objetivo é conhecer todas as boas práticas para que possamos adaptá-las a nossa realidade — declarou.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Publicidade governamental e TV por assinatura

**10h30** Na pauta da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do conselho, relatórios sobre propaganda eleitoral e publicidade governamental. Às 14h, o conselho discute o Código Brasileiro de Telecomunicações, relatórios sobre retransmissoras de TV e a alteração da Lei 12.485/2011, para inserir a adaptação das outorgas dos serviços de TV por assinatura.

#### PLENÁRIO Sessão de discursos

**14h** A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício (entre Hélio José e Romero Jucá) disse que a pauta "não é do presidente" e espera que haja acordo entre líderes

## Eunício reúne senadores para definir pauta da Casa

Presidente do Senado vai debater a agenda de Plenário amanhã com os líderes das bancadas, e três medidas devem ser votadas em breve, sobre reforma da EBC, novo ensino médio e papel-moeda

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, marcou para amanhã a primeira reunião com os líderes das bancadas. Durante a campanha à presidência do Senado, ele prometeu elaborar a pauta com todos os partidos. As votações desta semana só serão definidas após a reunião.

— Farei uma reunião com os líderes das bancadas, assim como prometi, para que a gente possa desenvolver uma pauta que não seja do presidente, mas da Casa, apresentada por todos os líderes.

Eunício não adiantou as matérias que podem ser incluídas na ordem do dia, mas já é certo que três medidas provisórias precisam ser votadas em breve, porque trancam a pauta do Senado. Uma delas, a MP 744/2016, que reforma a estrutura administrativa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), precisa ser votada até quinta-feira para não perder a validade.

O texto, como aprovado pela comissão mista, substitui o Conselho Curador da empresa por um Comitê Editorial e de Programação. Enquanto o órgão extinto contava com 22 representantes da sociedade e do governo, o comitê editorial terá 11 membros. A função do novo grupo é deliberar sobre

os planos editoriais propostos pela diretoria executiva para os veículos da EBC e sobre alterações na linha editorial da programação.

### Ensino médio

Também tranca a pauta a MP 746/2016, que reestrutura o ensino médio, com prazo para votação até 3 de março. O texto estrutura o currículo em blocos temáticos, com menos disciplinas obrigatórias. São cinco "itinerários formativos", com diferentes ênfases — cada estudante escolherá o que julgar mais adequado. As únicas disciplinas comuns a todos os itinerários e obrigatórias durante todo o ensino médio serão matemática, português, inglês, educação física, artes, filosofia e sociologia.

A medida incentiva o ensino integral, com a ampliação de 800 para 1.400 horas anuais a carga horária do ensino médio ao longo dos próximos cinco anos.

A terceira medida a ser votada é a MP 745/2016, que trata da importação de papel-moeda pelo Banco Central. O texto foi aprovado pela Câmara com mudanças sugeridas pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). A MP autorizou o Banco Central a comprar, sem licitação, papel-

-moeda e moeda metálica fabricados fora do país e por fornecedor estrangeiro, caso haja situação de emergência. O prazo para a votação termina em 23 de fevereiro.

### Tramitação

Recentemente, Eunício informou ter pedido ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, agilidade na votação da proposta de emenda à Constituição que muda as regras de tramitação das MPs.

A PEC 11/2011, do ex-senador José Sarney, que divide de forma mais igualitária o período de tramitação de MPs entre Câmara e Senado, foi aprovada pelo Senado em agosto de 2011 e até hoje aguarda a instalação de comissão especial para exame da Câmara.

Os senadores reclamam que têm pouco tempo para aprofundar o debate sobre as MPs aprovadas na Câmara, uma vez que qualquer alteração no texto do Executivo submete a matéria a um novo exame pelos deputados, o que nem sempre é possível dado o prazo de vigência da medida.

Pelo texto da PEC, a Câmara passa a ter 80 dias para analisar MPs. O Senado terá 30 dias, restando 10 dias para que os deputados analisem possíveis emendas dos senadores.

## Comissão para regulamentar leis federais será permanente

A tarefa de propor projetos de lei para consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos constitucionais será, a partir deste ano, atribuição de uma comissão permanente mista do Congresso. A criação da nova comissão foi o último ato conjunto das Mesas que deixaram o comando do Senado e da Câmara dos Deputados em 31 de janeiro, após o encerramento dos mandatos.

A Comissão Permanente de Regulamentação e Consolidação da Legislação Federal será composta por 11 senadores e 11 deputados, que devem ser indicados com base na proporcionalidade partidária.

O ato estabelece como objetivo da comissão sugerir propostas visando à modernização e ao fortalecimento econômico e social do país. Também aponta a necessidade de tornar o sistema normativo federal "mais compreensível, seguro, transparente e homogêneo".

Comissões temporárias já vinham atuando no Congresso

para a consolidação de leis. Apesar do trabalho, ainda há 106 dispositivos exigindo regulamentação, por meio de leis ordinárias ou complementares. Na prática, essa lacuna muitas vezes impede que cidadãos possam usufruir de direitos constitucionais.

### Urgência

Diante da abrangência das tarefas, as comissões temporárias elegiam temas considerados mais necessários e urgentes em cada momento. A regulamentação da Emenda Constitucional 72, que assegura direitos trabalhistas aos empregados domésticos, foi um desses temas. As sugestões da comissão temporária da época foram recepcionadas no PLS 224/2013, depois aprovado no Senado e na Câmara.

Para agilizar a formulação de propostas, a nova comissão permanente deverá organizar sub-relatorias ou relatorias setoriais. Os textos aprovados no colegiado serão enviados para análise da Câmara e do Senado.



Beto Nóbis

Colegiado avaliará dispositivos constitucionais pendentes de regulamentação

## Nova diretoria vai cuidar de contatos institucionais do Senado

A Mesa antecessora do Senado aprovou, em janeiro, ato que transforma a Assessoria Especial de Planejamento e Modernização, ligada à Presidência da Casa, em Diretoria de Relações Institucionais.

A nova diretoria terá a incumbência de estabelecer contato, em defesa dos interesses do Senado, com diversos órgãos e instâncias

dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo das três esferas da Federação, além da Defensoria Pública da União, Tribunal de Contas da União e órgãos correspondentes nos outros entes federativos.

O ato estabelece ainda que a diretoria poderá peticionar em nome do Senado ou assumir representação em nome da instituição.

## Executivo cria dois ministérios e altera competência da pasta da Justiça

A criação do Ministério dos Direitos Humanos e a recriação da Secretaria-Geral da Presidência da República estão na Medida Provisória (MP) 768/2017, publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União*. O Ministério da Justiça terá a competência de cuidar da segurança pública e perdeu para o Ministério dos Direitos Humanos a promoção da igualdade racial.

A Secretaria-Geral da Presidência —

cujo titular, Moreira Franco, terá status de ministro — abrangerá o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O Ministério dos Direitos Humanos será responsável pelas políticas voltadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e minorias. A secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luislinda Valois, foi indicada ministra dos Direitos Humanos.

## Governo federal corrige medida provisória do Programa de Regularização Tributária

O governo federal publicou na quinta-feira uma correção na MP 766/2017, que instituiu o Programa de Regularização Tributária. Com a MP, o governo pretende receber o montante de R\$ 1,54 trilhão de créditos tributários apenas na Receita Federal. Desse total, 63,3% estão com exigibilidade suspensa por processo administrativo e 14,6% por processo judicial.

Em troca do recebimento de 20% em

espécie desse montante, o governo aceita a liquidação do valor remanescente com créditos decorrentes de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. O texto original da MP admitia esses créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa declarados até 30 de junho de 2016. Na retificação publicada, passam a ser aceitos créditos declarados até 29 de julho de 2016.



# Texto estimula investir na educação de empregados

Despesa com educação de funcionário poderá ser deduzida do Imposto de Renda, determina projeto em análise em comissão. Pelo substitutivo, empregador pessoa física também teria direito à dedução

AS EMPRESAS PODERÃO deduzir, na apuração do lucro real para efeitos de cálculo do Imposto de Renda (IR), as despesas com o custeio da educação de seus empregados. Essa dedução afetará também a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A medida é prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 697/2011, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) depois de ter sido aprovado nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação e Cultura (CE).

Do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o projeto recebeu substitutivo do relator na CAE, Benedito de Lira (PP-AL). O novo texto, que altera a Lei 9.249/1995, esclarece que a despesa a ser deduzida poderá se realizar em qualquer área do conhecimento e nível de escolaridade, em estabelecimento de ensino próprio ou de

terceiros. A dedução abrange valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

O substitutivo de Lira incorpora emenda da CAS que estende o benefício às pessoas físicas empregadores, que poderão deduzir da base de cálculo do IR os gastos com a educação de seus empregados. “Assim, os empregados

domésticos também poderão ter acesso a uma melhor qualificação”, afirma o senador.

Aécio Neves espera, com a proposta, que as empresas se transformem em mais um veículo de acesso à educação. O autor da proposta lembra que o país tem hoje 14 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever.



Empresa pode ser veículo de acesso à educação, diz Aécio, autor do projeto



Lira defende extensão do incentivo para incluir empregado doméstico

## Projeto prevê livros de literatura infantil em cada sala de aula

Cada sala de aula da educação infantil e dos cinco primeiros anos do ensino fundamental poderá passar a contar com um pequeno acervo de livros paradidáticos e de literatura infantil. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 158/2016) da senadora Regina Sousa (PT-PI).

O relator, Ataídes Oliveira

(PSDB-TO), apresentou substitutivo, que vai ser votado na Comissão de Educação e Cultura (CE). Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.

O objetivo da proposta é incentivar e facilitar o acesso de professores e alunos aos livros, que deverão ser catalogados e controlados pelo responsável pela biblioteca escolar. Ao justificar o PLS 158/2016, Regina argumentou que esse acervo descentralizado vai propiciar a escolha de títulos que interliguem o processo de aprendizado a elementos da cultura brasileira, regional e local. A integração da comunidade escolar também foi apontada pela senadora como resultado esperado com a implantação da medida.



Intenção de Regina é interligar o aprendizado a elementos da cultura

## Parquinho pode ter padrão de segurança mais rígido

Parquinhos infantis poderão ficar mais seguros. Projeto que obriga parques ou playgrounds localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental a serem construídos e mantidos de acordo com as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) deve entrar na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

De acordo com o projeto (PLC 159/2015), do deputado Weliton Prado (PMB-MG), os responsáveis pela administração de áreas de uso coletivo ou de escolas deverão providenciar vistoria anual por engenheiro legalmente habilitado.

Os parques também deverão passar por manutenção preventiva semestral. Em caso de descumprimento da norma,



Pelo texto, parque de shopping deve ter 5% de brinquedos adaptados

## Proposta obriga shopping a ter brinquedo para criança deficiente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar projeto que torna obrigatória a destinação por shopping centers de, no mínimo, 5% dos brinquedos nos parques de diversões a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O PLS 382/2011 foi apresentado pelo então senador Vital do Rêgo. O texto original prevê a edição de uma nova lei para determinar a instalação de brinquedos adaptados a crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nas áreas de lazer dos shoppings.

A relatora na CDH, Regina Sousa (PT-PI), concordou

com a redação aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), modificando o projeto.

O substitutivo inclui a obrigatoriedade na Lei de Acessibilidade, que já prevê a destinação, em parques de diversões públicos e privados, de 5% dos brinquedos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O texto final, em vez de criar outra lei, inclui na atual a obrigação para os shoppings.

O texto terá decisão terminativa na CDH. Caso aprovado, segue para a Câmara se não houver recurso para ser votado pelo Plenário do Senado.



Manutenção e fiscalização podem prevenir acidentes, afirma Fátima Bezerra

o responsável estará sujeito à multa de R\$ 500 por brinquedo ou equipamento do parque, cobrada em dobro em caso de reincidência, e corrigida anualmente. O parque deverá ficar interditado enquanto a irregularidade não for sanada.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o projeto recebeu parecer contrário. Na CDR, a relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), é favorável à proposta, mas fez emendas.

Segundo a senadora, a falta de manutenção preventiva ou de fiscalização periódica nos parques tem sido responsável por acidentes, em alguns casos fatais, que atingem crianças e adolescentes.

Ela propôs a substituição da expressão “engenheiro legalmente habilitado” por “técnico habilitado” para fazer as vistorias. Se a proposta for aprovada na CDR, seguirá para o Plenário.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção e Paola Lima  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto de Anastasia altera a Lei de Execução Penal para evitar que condenados a tempo idêntico de prisão cumpram pena desigual em regimes mais rígidos ou brandos devido a morosidade da Justiça

## Contagem para avanço em regime de pena pode mudar

PARA EVITAR QUE, na acumulação de penas, presos condenados a tempo idêntico de prisão recebam tratamento desigual na progressão de regime, a Lei de Execução Penal (LEP) poderá ser aperfeiçoada. Projeto de Antonio Anastasia (PSDB-MG) estabelece que, para progredir de regime quando a pessoa já está cumprindo pena e é condenada em outro processo, seja considerada a data da última prisão.

A proposta (PLS 431/2016) receberá decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ainda não tem relator designado. Se aprovada, segue para a Câmara, a menos que haja recurso para que vá antes ao Plenário do Senado.

Segundo o projeto, caso a unificação das penas cause a regressão de regime (de mais brando para mais severo), o tempo cumprido no regime mais rigoroso deverá ser levado em conta para a progressão futura.

A LEP (Lei 7.210/1984) prevê três regimes de cumprimento inicial de pena. O fechado, em que o condenado fica apenas na prisão; o semiaberto, em que deixa a unidade prisional durante o dia para trabalhar; e o aberto, em que ele fica em



Proposta fixa data da última prisão do condenado para referência na progressão

albergue ou na própria casa, mas sem liberdade ampla de locomoção. É assegurado, por bom comportamento, o direito de avanço para um regime mais benéfico, após um sexto do cumprimento da pena.

O problema, afirma Anastasia, é que muitas vezes o magistrado considera como marco de contagem para a progressão, em caso de condenação superveniente, o momento da soma das penas.

Anastasia exemplifica, na justificativa, com o caso de um preso condenado por dois crimes a 12 e 6 anos de privação de liberdade. A primeira progressão por bom comportamento ocorrerá após 3 anos (um sexto do total de 18 anos). No entanto, se um dos pro-



Anastasia quer evitar injustiças na mudança para regimes mais brandos

cessos se arrasta e a pena por 6 anos é estipulada quando o condenado já cumpriu 1 ano da pena de 12, a unificação resulta em 17 anos restantes. Se considerada a data da unificação, o preso tem de cumprir mais 2 anos e 10 meses (um sexto) no regime mais severo. “Haveria nítida violação do princípio da isonomia”, argumenta o senador.

## Comissão analisa a criação de Estatuto do Cigano

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deverá analisar proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Estatuto do Cigano. O PLS 248/2015 trata de diversos aspectos da vida desse segmento da população, como questões sociais, trabalhistas e culturais.

O esboço do projeto foi encaminhado a Paim pela Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), nos moldes do Estatuto da Igualdade Racial.

De acordo com o texto, ciganos são os que se autodeclararem desse modo. O estatuto visa assegurar oportunidades de acesso à saúde, à terra, ao trabalho e às políticas de promoção da igualdade social, além de incentivar a educação básica da população cigana, estabelecendo o direito à transferência de matrícula e garantia de vaga nas escolas públicas. A proposta garante o direito à preservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, dos ciganos.

Na área trabalhista, o governo deverá adotar ações para vedar a discriminação no emprego. Caberá ao poder



Em 2011, audiência pública presidida por Paulo Paim (D) discutiu a cidadania cigana

público promover oficinas de profissionalização e incentivar empresas privadas a contratar ciganos recém-formados. Além disso, os ciganos deverão ter acesso a crédito para a pequena e média produção, nos meios rural e urbano.

O poder público elaborará políticas públicas para assegurar moradia adequada à população cigana, respeitando-se as particularidades culturais das etnias. Os ranchos e acampamentos são partes da cultura e tradição da população cigana.

Segundo informações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(Seppir), há, no Brasil, pelo menos três etnias ciganas: Calon, Rom e Sinti. Os primeiros registros da chegada de ciganos ao Brasil datam de 1574. Ainda de acordo a Seppir, os acampamentos ciganos encontram-se em 291 municípios, localizados em 21 estados brasileiros. Organizações não governamentais estimam em mais de 500 mil o número de ciganos no país. Muitos vivem em acampamentos há décadas sem acesso à educação, eletricidade, água potável e saneamento.

O relator do projeto é o senador Hélio José (PMDB-DF).

## Mulher agredida por vizinho deverá ter amparo da Lei Maria da Penha

Projeto em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH) amplia as situações que tipificam a violência doméstica contra a mulher para incluir atos praticados por vizinhos da agredida. O texto insere mudanças na Lei Maria da Penha.

Pelo projeto (PLS 28/2016), do senador Hélio José (PMDB-DF), devem ser consideradas violência doméstica ações praticadas nas regiões de vizinhança da moradia da mulher, conjunto habitacional, edifício ou similares, onde o agressor convive em proximidade com a vítima.

O texto determina que o agressor deve arcar com as despesas relacionadas às medidas protetivas oferecidas à vítima, como custos com



Hélio José destaca que muitas vezes vítima tem que mudar de endereço

aluguel de novo domicílio, diárias em hotéis e traslado.

“Em muitos casos, a mulher ameaçada acaba tendo que mudar de endereço, às suas custas, já que medidas protetivas não são acionadas pelo Estado em vista de entendimento restritivo da Lei Maria da Penha”, justifica o senador.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) é a relatora do texto na comissão.

## Texto regulamenta profissões ligadas a informática e processamento de dados

A regulamentação das profissões relacionadas a áreas de processamento de dados e informática está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 420/2016, de Vicentinho Alves (PR-TO), assegura o exercício das atividades independentemente de diploma de curso superior, comprovação de educação formal, formação técnica ou registro em conselhos profissionais. Porém, garante ao empregador ou contratante o direito de exigir diplomas, certificações ou aprovação em exames de aptidão específicos.

Ao justificar o projeto, Vicentinho afirmou que o trabalho dos especialistas em tecnologia da informação (TI) é essencial para o desenvol-



Autor do projeto, Vicentinho ressalta importância do trabalho na área de TI

vimento de diversos setores dentro das empresas e é necessária a regulamentação da atividade, delimitando-se as respectivas áreas de atuação.

O relator na CAS é o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que ainda não apresentou seu parecer. O projeto tem decisão final na comissão e, se for aprovado sem receber emendas, poderá seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

## Proposta proíbe sindicatos de cobrar contribuições a trabalhador não filiado

Proibir sindicatos de cobrar compulsoriamente qualquer contribuição, salvo o imposto sindical, de trabalhadores não filiados a eles é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 408/2016. A proposta impede a cobrança de contribuição confederativa (usada para o custeio de confederação de sindicatos) e contribuição assistencial (aprovada pela assembleia geral da categoria e fixada em convenção ou acordo coletivo de trabalho).

Autor do projeto, Ivo Cassol (PP-RO) ressalta que somente a contribuição prevista na Constituição — o imposto sindical — pode ser exigida de todos os membros de determinada categoria profissional. Ainda assim,



Para Cassol, a cobrança é indevida e o Parlamento tem o papel de coibi-la

muitos sindicatos exigem dos não filiados o pagamento de diversas contribuições.

O projeto ainda aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 408/2016 tramita em decisão final, ou seja, se aprovado pela comissão, seguirá diretamente para apreciação na Câmara dos Deputados.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Segundo análise da Consultoria, os mecanismos de segurança hoje existentes não impedem a ação de estelionatários

## Cartões de crédito ainda são inseguros, diz estudo

Análise feita pela Consultoria Legislativa do Senado defende a adoção de novas medidas de segurança para tornar o uso do cartão mais confiável

A AGILIDADE DO crime torna urgente a regulação e a supervisão do nível de segurança dos sistemas de cartões de crédito e débito no país. A conclusão é do estudo *Arranjos de Pagamentos no Brasil: vulnerabilidade de segurança no uso de cartões em terminais POS e a perspectiva regulatória*. O texto foi divulgado na semana passada pela Consultoria Legislativa do Senado.

Segundo o autor, Cesar van der Laan, a fragilidade é maior nos terminais de compras, que exigem apenas a senha

numérica de seis dígitos. Nos caixas eletrônicos, a senha de seis dígitos já foi substituída por outros meios mais seguros, que incluem combinação de sílabas, a confirmação de dados pessoais e o sistema biométrico de identificação em alguns terminais.

A fragilidade das máquinas usadas para pagamento em lojas, que reúnem o maior número de transações, contribui para a insegurança do sistema. Mesmo com a adoção de chips, que amenizou o problema, o padrão atual ainda permite a prática de fraudes e é incapaz de barrar a agilidade dos fraudadores especializados em estelionato financeiro.

“As regras precisam incentivar a adoção de novas soluções de segurança. A agilidade do crime, em constante transfor-

mação e adaptado a brechas de tecnologia do mercado de cartões, supera a capacidade corrente de resposta das instituições envolvidas, cujo desempenho deve ser promovido”, diz o estudo, que aponta um amplo espaço para melhorar o sistema, carente de regulamentação.

Para o autor, as instituições precisam pensar em soluções para reduzir os riscos que acabam comprometendo a adesão da população ao cartão magnético. Com essas medidas, seria possível resgatar a ideia de que usar o cartão magnético é menos arriscado do que carregar dinheiro no bolso.

O estudo (Texto para Discussão 222) está disponível na página do Senado, assim como outros trabalhos produzidos pela Consultoria.

## Estatais podem passar a seguir teto do funcionalismo

Salários pagos a empregados e a ocupantes de cargos nas empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias devem ficar sujeitos aos limites impostos às remunerações dos servidores públicos. Esse é o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2016.

Primeiro signatário da proposição, Dário Berger (PMDB-SC) considera inaceitável

que as estatais, muitas vezes detentoras de monopólios e abastecidas por verbas públicas, tenham política salarial desatrelada das normas que regulamentam a remuneração de servidores.

A Constituição estabelece como teto para salário de servidores públicos federais a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Nos estados, o limite é

o salário do governador e, nos municípios, o do prefeito.

“A cultura da inesgotabilidade dos recursos públicos empurrou a gestão administrativa dessas entidades aos limites da irresponsabilidade remuneratória, permitindo a captura da estrutura por poderosas corporações de empregados, transformando os meios em fins, em inaceitável inversão de valores e finalidades”, observa Dário Berger.

A PEC tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tem o apoio do relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O senador classifica como irreal os padrões salariais praticados nas estatais, mesmo com as restrições orçamentárias enfrentadas pelo governo federal e administrações estaduais e municipais.

Após o exame pela CCJ, a matéria segue para Plenário, onde passa por dois turnos de votação.

Genivaldo Migeiro/Agência Senado



Dário é autor da proposta que altera regras remuneratórias das estatais

## Texto exige sabatina de diretores de órgão fiscalizador de fundos de pensão

O Senado pode assumir papel mais ativo na vigilância dos órgãos que supervisionam as entidades fechadas de previdência complementar, os fundos de pensão. No caso da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que fiscaliza os fundos, a ideia é que antes da nomeação os diretores sejam sabatinados, como previsto em projeto pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 361/2015), de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), impõe regras adicionais de controle e de transparência também sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que aprova as normas que regulam o regime de previdência complementar fechado. Um

dos dispositivos exige qualificação técnica dos indicados ao colegiado.

Pelo projeto, os diretores da Previc serão nomeados para mandatos fixos, protegidos por regras de estabilidade. Assim, só deixarão o cargo ao fim do mandato, exceto em caso de renúncia, condenação judicial após sentença final ou demissão após processo administrativo disciplinar.

Tanto a Previc quanto o CNPC devem também ser obrigados a encaminhar relatório anual à comissão técnica do Senado que acompanha o tema de previdência complementar. Os órgãos deverão abordar os planos e as ações que pretendem implementar a cada período e, no caso do CNPC, a motivação dos atos normativos expedidos.



Pedro França/Agência Senado

Proposta de Ferraço busca aumentar transparência na escolha de dirigentes

## Comissão vai analisar normas para propriedade compartilhada de bens

Dois projetos que regulamentam a multipropriedade (o sistema de propriedade compartilhada de bens móveis ou imóveis) serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo modelo, que vem ganhando espaço no país, o proprietário é dono de uma fração de tempo no qual poderá usar o bem de modo exclusivo. Cada comprador usa sua cota de tempo para usufruir da propriedade durante determinado período do mês ou do ano, em rodízio.

Usual nos Estados Unidos e na Europa, o modelo também é conhecido como propriedade fracionada. Com um custo menor do que teriam para adquirir o bem só para si, os sócios dividem itens de luxo, como imóveis em

destinos turísticos, iates e aeronaves. O sistema pode incluir bens mais utilitários, como escritórios e máquinas.

Os projetos (PLS 463/2016 e PLS 469/2016) foram apresentados pelo senador Jorge Viana (PT-AC) e pelo então senador Deca, respectivamente. Eles apontam a necessidade de atualizar a legislação nacional para dar amparo jurídico a contratos de compra e uso compartilhado.

“Inúmeros brasileiros vêm adquirindo bens em regime de multipropriedade sem o devido respaldo jurídico”, argumenta Viana. Para Deca, o modelo de negócio é ainda incipiente no Brasil, sobretudo pela inexistência de um marco legal que regule de maneira clara as relações jurídicas decorrentes.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Viana, é preciso dar respaldo jurídico ao modelo de multipropriedade